



Coordenação-Geral de Comunicação Social
Clipping 101/18 – segunda-feira, 11 de junho

Jornal A Crítica

Editorial: A política de extermínio da ZFM – 03

Jornal do Commercio

Coluna Frente&Perfil – 04



A POLÍTICA DE EXTERMÍNIO DA ZFM

Mais uma vez a agência de desenvolvimento do Amazonas aparece no noticiário pela lente da preocupação com o futuro do modelo. A Zona Franca de Manaus (ZFM) vem sendo gradativamente esvaziada pelo Governo Federal e as consequências dessa decisão afeta o Amazonas, completamente dependente dela, e também repercute de forma profunda na Amazônia Ocidental. As garantias constitucionais são ignoradas e os efeitos das inúmeras Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADINs) se perdem. Os custos financeiros de defesa da ZFM somam alguns milhões de reais como parte de um esforço

para manter juristas especializados em trabalhos de plantão e de vigilância contra os ataques. Os membros do Amazonas no Congresso Nacional, cuja participação é outro aspecto fundamental, parecem distanciados quando este tema exige ultrapassar diferenças partidárias e de outras ordens e definir uma plataforma comum na preservação e na melhoria da atuação da ZFM. O cenário revelado por A CRÍTICA, na seção Tema do Dia, edição de domingo, traduz inúmeros aspectos da estratégia de encolher e esvaziar o modelo. Os dados apresentados na reportagem deveriam ser objetos de leitura e de motivação para os gestores das políticas de governo estadual

e municipal, os legisladores, o judiciário e os organismos de representação do empresariado local. O quadro que se desenha é de agravamento da crise em todo o Amazonas, pois, a repetição de que a economia estadual é 99% dependente da ZFM continua e, lamentavelmente, é real. Em torno da ZFM estão organizados negócios de médio e micro portes responsáveis pela geração de postos de trabalho e de renda a milhares de pessoas. A ZFM responde por aproximadamente 100 empregos que estão sob a ameaça de sumir como resultado da política aplicada pelo presidente Michel Temer. Volta à cena, ostensivamente, a ideia de que o

Norte brasileiro é um submundo e pode sobreviver das migalhas que retomarão os índices de desigualdade e de precarização da vida comuns há duas décadas nesta parte do Brasil. Debilitada, a ZFM caminha para fechar as portas e deixar como saldo um quadro caótico na economia e nas condições de subsistência das populações amazonenses e de outros Estados desta parte ocidental da região. As decisões que poderão superar esse cenário não virão de atos de piedade política, inexistentes, nem cairão do céu. São decisões de luta política, resta conhecer os atores dispostos a lutar com lealdade por um Amazonas estável.



Um modelo em xeque

O decreto presidencial que diminuiu os incentivos fiscais para as empresas de concentrados de refrigerantes instaladas em Manaus é o mais duro golpe sofrido pela Zona Franca nos últimos 20 anos. São muito pessimistas as projeções de economistas e empresários, caso ele seja mantido. O governador Amazonino Mendes (PDT) e os membros da bancada do Estado no Congresso mobilizaram-se, reuniram-se com autoridades em Brasília, falaram com o próprio presidente Michel Temer (MDB) e fizeram todo tipo de pronunciamento, mas nada adiantou até agora. Prefeitos como Romeiro Mendonça (PDT),

de Presidente Figueiredo, começaram a se manifestar também, percebendo os prejuízos que alguns municípios podem experimentar devido à medida. No final da semana, o senador Eduardo Braga (MDB) apresentou um projeto de decreto legislativo, para tentar derrubar o decreto. Para que a ideia prospere, ele vai precisar contar com a ajuda da bancada que costuma votar unida, seguindo a orientação do Planalto. Ou seja, só terá sucesso se, no mínimo, Temer fizer vistas grossas para a tramitação. E ninguém ainda tomou o caminho da Justiça. O caso é grave e demanda muita ação.



Apelamos à sensatez do presidente Michel Temer para que intervenha em favor dos trabalhadores amazonenses, não permitindo esse duro golpe à economia do Estado"

Romeiro Mendonça (PDT), prefeito de Presidente Figueiredo, que enviou carta ao presidente dizendo que quatro mil serão demitidos em seu município devido ao decreto que tirou incentivos do polo de concentrados